

NICARÁGUA

REPÚBLICA DA NICARÁGUA

Chefe de Estado e de Governo:

Daniel Ortega Saavedra
abolicionista para todos os crimes

Penal de morte:

População:

5,7 milhões

Esperança média de vida:

72,7 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

29/22 por 1000

Taxa de literacia nos adultos:

78 por cento

A proibição total de todas as formas de aborto continuou em vigor, estando na origem de uma subida no número de mortes maternas. Dois terços das vítimas dos casos de violação registados entre Janeiro e Agosto de 2009 tinham idades inferiores a 18 anos. Aumentaram os actos de intimidação e os ataques contra os críticos do governo, fazendo aumentar o receio de imposição de limitações à liberdade de expressão e de associação.

Antecedentes

Ao longo do ano, registaram-se confrontos entre apoiantes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (*Frente Sandinista de Liberación Nacional*, FSLN), no poder, e críticos do governo.

A Nicarágua continuou a ser um dos poucos países das Américas que não assinaram o estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Em Novembro foi criado um novo cargo de Provedor Especial para a Diversidade Sexual no âmbito da Provedoria para a Defesa dos Direitos Humanos.

Direitos sexuais e reprodutivos

A proibição total de todas as formas de aborto continuou em vigor. Números oficiais do Ministério da Saúde da Nicarágua indicaram um aumento das mortes maternas nas primeiras 19 semanas de 2009 comparativamente a igual período de 2008, registando-se uma subida de 20 para 33. Cerca de 16 por cento das 33 mortes registadas em 2009 foram causadas por complicações que se seguiram a abortos sem condições. Não foi registada qualquer morte deste tipo no mesmo período de 2008, antes da entrada em vigor da lei proibindo todas as formas de aborto.

Em Maio, o Comité da ONU contra a Tortura manifestou a sua "profunda preocupação" por o governo da Nicarágua não ter tomado medidas para anular a lei, apesar das preocupações anteriormente manifestadas por três outros comités da ONU.

O Supremo Tribunal de Justiça não emitiu qualquer parecer sobre a queixa apresentada em Julho de 2008 contestando a constitucionalidade da lei que proíbe todas as formas de aborto, apesar de ter prometido fazê-lo até 6 de Maio de 2009.

Violência contra mulheres e raparigas

Os esforços oficiais para combater a violência contra as mulheres e raparigas foram ineficazes. As estatísticas da Unidade Policial da Mulher e das Crianças revelaram que foram cometidas 1259 violações entre Janeiro e Agosto. Destas, dois terços envolveram raparigas com menos de 17 anos de idade.

■ Em Agosto, uma rapariga de 13 anos foi esfaqueada até à morte com uma baioneta pelo padrasto, que tinha sido libertado da prisão três dias antes. Ele tinha sido condenado a 13 anos de cadeia por violação agravada, que resultou na gravidez da rapariga, mas foi libertado por motivos de saúde após ter cumprido apenas oito meses de prisão. A rapariga e a sua família não foram avisadas da sua libertação. Segundo as informações, não foi aberta qualquer investigação à decisão do tribunal em libertá-lo.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos das mulheres que trabalhavam na promoção dos direitos das mulheres e dos direitos sexuais e reprodutivos foram perseguidos pelas autoridades.

■ Em Outubro, a jornalista e activista dos direitos das mulheres Patricia Orozco e duas colegas foram mandadas parar pela polícia, quando regressavam de uma acção de formação de defensores locais dos direitos das mulheres. Os agentes alegaram que as mulheres tinham fugido de um controlo anterior sem autorização. Seguiu-se uma discussão durante a qual Patricia Orozco foi detida. Foi levada para a esquadra da polícia de León, onde ficou detida quatro horas antes de ser libertada sem ser acusada de qualquer crime.

No dia seguinte foi publicado um artigo sobre o incidente na revista governamental online *EI 19*. O artigo descrevia o Movimento Autónomo das Mulheres, do qual fazem parte Patricia Orozco e uma das suas duas colegas, como "nefasto", e afirmava que Patricia Orozco e as suas colegas "de género duvidoso" regressavam de uma festa "onde os homens não eram permitidos".

Liberdade de expressão e de associação

Registou-se uma série de incidentes envolvendo ataques a jornalistas, críticos do governo e activistas da sociedade civil.

■ Em Novembro, apoiantes do governo atacaram um grupo de manifestantes que protestavam em Manágua contra a corrupção e as restrições à liberdade de expressão. Foram apedrejados por apoiantes da FSLN, que partiram a porta de vidro da esquadra da polícia onde os manifestantes procuraram refúgio. Nenhum dos envolvidos no ataque tinha sido detido no final do ano.

O Comité de Coordenação Civil (*Coordinadora Civil*, CC), uma rede nacional de grupos da sociedade civil, denunciou ataques e actos de intimidação contra os seus membros por parte de apoiantes da FSLN.

■ Em Agosto, membros do CC foram atacados a caminho de um evento cultural, depois da discussão de uma proposta de alternativa às políticas sociais e económicas do governo. Segundo as informações, mais de 30 elementos do CC ficaram feridos.

■ Leonor Martínez, uma apoiante do CC de 24 anos, foi atacada em Outubro por três homens armados quando regressava a casa após uma conferência de imprensa em Manágua sobre violações dos direitos humanos. Os atacantes espancaram-na, provocando-lhe várias fracturas num braço, e ameaçaram matá-la e à sua família se continuasse a trabalhar com o CC. Os agressores já tinham estado envolvidos em ataques anteriores contra outros membros do CC. Foi aberta uma investigação ao ataque. Em Novembro, Leonor Martínez recebeu telefonemas ameaçadores relacionados com o seu trabalho no CC. Até ao final do ano, ninguém tinha sido julgado por qualquer dos ataques contra elementos do CC.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Nicarágua em Julho.

- 📄 A proibição total do aborto na Nicarágua: Vida e saúde das mulheres ameaçadas, médicos criminalizados (AMR 43/001/2009)
- 📄 Nicarágua: O impacto da proibição total do aborto na Nicarágua: "Briefing" ao Comité da ONU contra a Tortura (AMR 43/005/2009)
- 📄 Nicarágua: Apresentação à Revisão Periódica Universal da ONU (AMR 43/010/2009)